



## RESPOSTA RECURSO ADMINISTRATIVO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2023 FMS

**RECORRENTE:** LOTUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

**RECORRIDO:** KANICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.

### **BREVE RELATO**

A empresa Recorrente protocolou recurso administrativo contra o resultado do Pregão nº 38/2023 onde foi inicialmente classificada a proposta e habilitada a empresa Recorrida. Em seu recurso a Recorrente apresenta os seguintes argumentos:

*“O Edital de cotação prévia de preços em referência instaurou procedimento licitatório para Aquisição de um aparelho de Raio-X fixo.*

*A empresa recorrente, tendo interesse em participar do certame, apresentou proposta para o item 01, todavia, a empresa KONICA foi consagrada vencedora, pois, supostamente apresentou a melhor proposta.*

*Contudo, conforme restará demonstrado, o equipamento da empresa declarada vencedora não atende as determinações técnicas necessárias, razão pela qual, deve ser desclassificada do certame.*

#### **2. DA INOBSERVÂNCIA AS DETERMINAÇÕES DO EDITAL.**

##### **2.1 FALTA DE DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA**

*Do edital as seguinte exigência :*

*8.4 Qualificação Econômico-Financeira: 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. 8.4.1.1 A Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina.*

*Na documentação enviada pela empresa declarada vencedora, não consta o documento exigido pelo item 8.4.1.1 e , portanto, a desclassificação da empresa é o esperado.*

##### **2.2 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO EQUIPAMENTO COTADO**

*O objeto do edital em tela, trata-se de um equipamento RAIOS X FIXO DIGITAL*

*A característica principal desse tipo de produto é o que mesmo possui total integração entre os seus componentes, gerador, placa DR e software, ou seja, através do software na tela no computador, é possível controlar todos os parâmetros do raios x como KV , mA, mAs, escolher e configurar técnicas pré-programadas entre outras, ou seja , livre de adaptações. Com isso o usuário realiza um única operação, escolhendo a parte do corpo onde lhe são*



sugeridas as técnicas radiográficas, de modo a evitar os erros e repetições de pacientes, além de produzir imagens de melhor qualidade com menos dose de raios. A integração entre gerador e software garante que é um equipamento digital nativo e fabrica, sem adaptações.

[...]

O modelo cotado pela empresa KONICA, ALTUS DR, conforme sua proposta comercial, não possui a integração com o console de comando no monitor, sendo apresentado, um painel de comando a parte do conjunto digital, conforme imagem retirada de sua proposta comercial. Ou seja, o modelo cotado, se assemelha a um raios x analógico que foi agregado a uma placa digital tipo DR, o que no mercado é conhecido como sistema de retro-fit , uma adaptação.

[...]

O próprio manual do equipamento denuncia a situação aqui informada, onde a configuração cotada nesse processo, possui dois consoles separados.

[...]

O usuário precisa fazer duas operações, ajustar a técnica no painel avulso e em seguida escolher as partes do corpo e incidências no console com monitor, semelhante a operação que é realizada em um equipamento analógico e que depois foi digitalizado com um sistema tipo DR ou mesmo CR. Em tese, não se trata de um equipamento em versão digital nativo de fábrica. Ao se solicitar a compra de um equipamento digital espera-se estar recebendo a mais nova tecnologia existente no mercado, sem adaptações. Não obstante estamos falando da possibilidade da empresa declarada vencedora possuir outros modelos que atendam o edital, porém o sistema cotado nessa proposta não condiz a necessidade de um raios x digital nativo, conforme demonstrado.

Destaca-se que tal fato pode levar a aquisição de um equipamento em desacordo com o esperado, o que poderá ensejar em não atendimento as necessidades mínimas por parte da Contratante.

É forçoso salientar então que o equipamento cotado não atende ao mínimo exigido pelo edital e, portanto, deve ser desclassificado.”

[...]

#### 4. DO PEDIDO

Considerando que a empresa declarada vencedora, apresentou modelo de equipamento que não é compatível com o exigido no edital;

Considerando que é vedado a modificação da proposta, sob pena de violação ao princípio da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório;

REQUER que seja reconsiderada a decisão proferida para o fim de declarar nula a decisão que habilitou a vencedora, tendo em vista a inobservância do instrumento convocatório.

Outrossim, em caso de manutenção da decisão – o que se admite apenas ad cautelam – REQUER que seja remetido o processo, instruído com a presente insurgência à autoridade hierárquica superior, conforme estabelece o Art. 8º, inciso IV, do Decreto nº. 5.450/2005, c/c o Art. 109, §4º, da Lei de Licitações, aplicado subsidiariamente ao presente caso, havendo de ser acolhido e provido, em todos os seus termos o presente RECURSO, reformando-se as



*decisões “a quo”, como requerido, a fim de que seja declarada a postulante como vencedora no certame.”*

Diante do recurso e dos argumentos acima citados, a empresa Recorrida apresentou contrarrazões no seguinte sentido:

*“Primeiramente, há que se ressaltar que a Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial é emitida pelo poder Judiciário de Santa Catarina e é plenamente possível sua aquisição através de consulta pública, realizada via internet no sítio <https://certidoes.tjsc.jus.br>, onde será evidenciada a situação da empresa no mesmo instante.*

*O documento físico trata-se de uma mera formalidade que permite certa agilidade para as conferências. No entanto, nenhum pregoeiro ou órgão que preza pela lisura e bom andamento dos processos públicos, fixa sua análise e desclassificação baseado somente em um documento meramente formal.*

*Isso porque os órgãos e seus representantes devem ponderar entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, buscando sempre a proposta mais vantajosa para a Administração. Desta forma, não é vantajoso para a Administração se fixar unicamente a documentos que podem conter erros e estão passíveis de falha humana, quando há possibilidade de uma diligência rápida de forma online no mencionado (um organismo neutro, que não tem quaisquer relações com os licitantes e por isso não incorrerá risco de imparcialidade na emissão de documentação).*

*Desta feita, mediante dúvida causada na avaliação da documentação apresentada pela Konica Minolta, esta Douta Comissão de Licitação pode sempre prosseguir com diligência, prevendo de forma majestosa os princípios da legalidade, moralidade, probidade administrativa e julgamento objetivo doutrinados na Lei de Licitação*

*Nesta consulta, é possível se obter a constatação da regularidade da Konica Minolta, como se observa a seguir:*



PREFEITURA DE  
**NAVEGANTES**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
do Estado de Santa Catarina

Número do pedido: 1237563  
FOLHA: 1 / 1

**CERTIDÃO RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 1237563**  
**Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)**

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

**NOME: KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA**

Raiz do CNPJ: 71.256.283  
País endereço da sede : BRASIL  
Estado endereço da sede : MINAS GERAIS  
Município endereço da sede : NOVA LIMA  
Endereço da sede : R. Star, 420

Certidão emitida às 08:41 de 01/12/2023.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(a) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.



A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço <https://certidoes.tjsc.jus.br/download>

[...]



*É imperioso salientar que esta Recorrida entende totalmente a relevância da documentação exigida e reitera-se o pleno compromisso em atender a todas as exigências estabelecidas no edital. No entanto, é importante mencionar também que a cláusula 17.16 do Edital prevê a possibilidade de tolerância em relação ao não cumprimento de exigências burocráticas, desde que tal tolerância esteja em defesa dos interesses do Município e não constitua um desvio substancial da proposta. A não apresentação imediata da Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial não caracteriza um desvio substancial, e a Konica Minolta está pronta para regularizar a situação prontamente, como fez acima.*

*Além disso, a cláusula 7.6.1 do Edital também permite a solicitação posterior de documentos que contenham informações específicas sobre o material ofertado. A Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial pode ser prontamente apresentada posteriormente, conforme a necessidade, sem prejuízo do processo licitatório.*

*Por fim, cabe esclarecer que a solicitação de desclassificação da Konica Minolta não se sustenta, pois representa excessivo rigor formal, e os motivos apresentados pelo Recorrente (Lotus) não se coadunam com a legislação e com os princípios licitatórios básicos, em especial o princípio do formalismo moderado.”*

#### *II.3.b) Sobre o equipamento Digital Nativo ofertado pela Konica Minolta*

*Já com relação a errônea alegação relacionada ao tipo de equipamento ofertado pela Konica Minolta (equipamento este que é totalmente DIGITAL), entende-se que declarar a empresa Konica Minolta como vencedora seria a decisão mais acertada devido principalmente ao descritivo do referido Edital ser previsto no RENEM, que é a relação de equipamentos e materiais de caráter permanente considerados financiáveis pelo Ministério da Saúde por meio de propostas de projetos de instituições públicas e privadas sem fins lucrativos vinculadas à rede assistencial do SUS. Para que um equipamento ou material seja considerado permanente ele deve se enquadrar nos critérios estabelecidos na Portaria STN 448/2002, onde são considerados aspectos sobre a durabilidade, perecibilidade, fragilidade, incorporabilidade e transformabilidade.*

*Os equipamentos e materiais da RENEM, bem como suas configurações permitidas, buscam proporcionar condições básicas para que as instituições vinculadas ao SUS possam realizar de forma segura e eficaz o atendimento à população. As configurações permitidas estabelecem quais recursos tecnológicos embarcados nos equipamentos são imprescindíveis à realização dos serviços com a melhor relação custo-benefício possível. Ao utilizar desta relação de equipamentos e os descritivos sugeridos para cada caso, os órgãos públicos garantem o cumprimento aos princípios basilares da Administração Pública, quais sejam: o princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade administrativa, igualdade e eficiência.*

*A Konica Minolta está na base de dados do RENEM, cadastrada como fornecedor de Raios X Digital com o descritivo do edital. Dessa forma, sequer deveria ser aceita a interposição de recurso da Recorrente.*





[...]

*Mas ainda assim, para que não haja dúvidas, contrariamente à descabida alegação de que o Equipamento ofertado por esta Recorrída não é digital, considera-se importante explicar o que é um equipamento Digital Nativo, para que não ocorra interpretações dúbias: trata-se de um equipamento INTEGRADO de fábrica, cuja configuração original apresente o equipamento de Raios X e o detector totalmente integrados, conforme se comprova abaixo e com registro único na ANVISA.*

*Existem no mercado empresas inidôneas, que costumam apresentar propostas de equipamentos “Digitalizados” ao invés de Digitais Nativos. Nestes casos, sempre há oferta de dois equipamentos sendo um Raios X Fixo Analógico + Detector DR, que não substitui e nem se equivale à segurança e tecnologia dos Aparelhos de Raios X Fixo Digital (objeto do certame).*

*O caso supracitado, definitivamente não é a realidade da Konica Minolta, pois a mesma oferece equipamento Digital Nativo, com integração de fábrica e registro único.*

*A Konica Minolta possui equipamento do tipo Digital Nativo e do tipo Analógico, sendo que cada um desses possuirá suas devidas características, dispostas em manual, tal como faz a própria Recorrente LOTUS.*

*Cumprе salientar que o Conjunto Radiológico Digital AltusDR (ofertado no caso em questão) possui uma estrutura única em relação a suas principais partes como, por exemplo, a estativa, mesa, tubo.*

*No entanto, em relação ao painel detector possui diferentes modelos como evidenciado na página 7 do manual do usuário. Nesta página poderão ser observados todos os diferentes modelos de detectores planares de Raios X disponíveis, entre eles o AeroDR NS, ofertado no processo em questão.*

*Estas diversas opções de painéis são configuráveis de acordo a necessidade do cliente, dimensão e geração do detector. Em alguns casos as instituições trabalham com pacientes obesos, por exemplo, e necessitam de um Detector de 17x17 (43x43cm).*

*Outros casos o atendimento é para neonatos/crianças e a necessidade fixa-se em Detector de 10x12 (24x30cm).*

*Assim, a necessidade do cliente e da instituição em que será utilizado o Aparelho de Raios-X é garantida e há plena possibilidade de atendimento a estes diferentes níveis de necessidades.*

*Todas as empresas do mercado atuam desta mesma forma!*

*Os equipamentos são testados e ensaiados com cada um dos tubos e os mesmos são dispostos no registro único do equipamento. Sendo escolhidos os modelos de acordo com a necessidade.*

*Da mesma forma é feito com o Painel Detector e seu console de operação! E não há quaisquer razões para que questione tal ponto.*

*Outro ponto para se considerar é que na página 5/7 da proposta apresentada a esta Douta Comissão é possível verificar que foi informado um único registro para o equipamento de Raios X Digital, além de AEC e DAP.*

[...]

*É incontroverso que a proposta apresentada a todos os requisitos do edital e, obviamente, COTOU EQUIPAMENTO DIGITAL NATIVO, COM INTEGRAÇÃO*



DE FÁBRICA E REGISTRO ÚNICO NA ANVISA. Sendo certo que as alegações postas no Recurso da empresa LOTUS são totalmente improcedentes, pois carecem de avaliação dos documentos anexados no processo, bem como dos manuais do equipamento.

Ante o exposto, e conforme detalhadamente esclarecido nos tópicos acima, resta claro que a licitante Konica Minolta, atende e supera integralmente todas as exigências do descritivo técnico do Edital, não assistindo qualquer razão à sua desclassificação.”

Diante de todo o exposto, considerando que a parte mais relevante do recurso se refere à parte técnica do equipamento, a Pregoeira encaminhou o recurso e as contrarrazões para a Secretaria de Saúde, para que houvesse uma manifestação técnica, sendo que nos foi remetida a seguinte resposta:

---

**De:** saude.compras@navegantes.sc.gov.br <saude.compras@navegantes.sc.gov.br>

**Enviada em:** quarta-feira, 27 de dezembro de 2023 10:46

**Para:** carla.claudino@navegantes.sc.gov.br

**Cc:** saude.administracao@navegantes.sc.gov.br

**Assunto:** ENC: AMIGA PREGAO 38 RECURSO E CONTRARAZÃO

Bom dia Carla

Em resposta ao RECURSO e CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO. Afirmamos que a o produto oferecido pela empresa KONCA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL atende as necessidades da Secretaria da saúde desta Municipalidade.

Atenciosamente

*Alessandra Carla dos Santos*

Departamento de Compras e Licitações  
Prefeitura Municipal de Navegantes/SC



## **DO MÉRITO**

### **DA ALEGADA AUSÊNCIA DE CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E CONCORDATA**

O primeiro argumento da Recorrente foi a necessidade de inabilitação da empresa recorrida pela não apresentação da certidão de falência e concordata.

O edital trazia a seguinte redação:



**“8.4 Qualificação Econômico-Financeira:**

**8.4.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.**

**8.4.1.1 A Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina.**

Observação: As empresas em recuperação judicial, devem apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.”

Já a Lei nº 8.666/93 trazia a seguinte redação em relação à qualificação econômico-financeira:

“Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;**”

Ainda que o edital traga a exigência, diga-se de passagem equivocada, de apresentação de duas certidões de falência e concordata, esta exigência contraria a Lei 8.666/93, no sentido que, o inciso II do artigo 31 possibilita a exigência da certidão de falência ou concordata “da sede da pessoa jurídica”, razão pela qual, não há razão plausível para a exigência da referida certidão em duplicidade.

Portanto, não há como inabilitar a empresa já que, apresentou a certidão da sua sede. Neste caso, ainda que a Recorrente tenha invocado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, este conflita com os princípios da razoabilidade e legalidade.

Pelo exposto, o recurso não merece acolhimento neste ponto.

## DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO EQUIPAMENTO

Em relação à alegação de não atendimento técnico do equipamento cotado, esta pregoeira e sua equipe não possuem condições técnicas de avaliar as alegações da recorrente.

Por esta razão, o recurso e as contrarrazões foram encaminhados à Secretaria de Saúde, que se limitou a responder no sentido de que o equipamento cotado pela recorrida “atende” ao edital.





Diante de tal afirmação, e considerando que a Recorrida rebateu cada um dos itens atacados, não nos resta outra decisão senão a de manter a sua classificação e habilitação no certame.

Por esta razão, o recurso não merece acolhimento em relação às alegações de não cumprimento das especificações técnicas.

### **DECISÃO**

Por todo o acima exposto, CONHEÇO do RECURSO apresentado pela empresa LOTUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA para, NO MÉRITO, NEGAR-LHES PROVIMENTO, mantendo o resultado do Pregão Eletrônico nº 38/2023 nos termos da presente decisão. Remeta-se à autoridade superior para análise e manifestação.

Navegantes, 28 de dezembro de 2023.

---

Carla Claudino

Pregoeira